



Câmara Municipal de Marataízes

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, ABORDANDO ASPECTOS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

O presente relatório compõe a Prestação de Contas do Presidente da Câmara Municipal de Marataízes-ES, na qualidade de ordenador de despesa, relativo ao exercício financeiro de 2016, conforme dispõe o item 03, do anexo 03, da Instrução Normativa nº 028/2013 do TCE-ES e suas alterações, em especial a Instrução Normativa TCE-ES nº 033/2014.

Gestor Responsável: Willian de Souza Duarte

Exercício: 2016

DESPESA FIXADA E EXECUTADA

O valor total da despesa fixada da Câmara Municipal de Marataízes para o exercício de 2016 foi de **R\$ 4.833.950,16**, acrescido dos créditos adicionais foi da ordem de **R\$ 996.000,00**, diminuída a despesa empenhada no valor de **R\$ 4.019.868,86**, resultou em uma economia orçamentária de **R\$814.081,30**.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$):
Despesa fixada acrescida de créditos adicionais	4.833.950,16
Despesa empenhada	4.019.868,86
Superávit de Despesa	814.081,30

Os créditos adicionais ocorreram por suplementação/anulação no valor de **R\$ 814.081,30**.

RECEITA PREVISTA E ARRECADADA

Ao final do exercício financeiro observa-se que na Câmara Municipal de Marataízes a Receita Prevista corresponde a Receita arrecadada, conforme demonstrativo a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$):
Receita Orçada Prevista Atualizada	4.833.950,16
Receita Arrecadada	4.833.950,16
TOTAL	0,00



Câmara Municipal de Maratáizes

Registre-se ainda que durante o exercício de 2016 a Câmara Municipal de Maratáizes aplicou em todas as suas funções, subfunções, programas, projetos e atividades a importância de **R\$ 3.825.906,63** distribuídos:

FUNÇÕES	VALOR
<i>Vencimentos e vantagens fixas- Pessoal Civil</i>	2.284.588,00
<i>Obrigações Patronais</i>	509.654,18
<i>Diárias</i>	42.750,00
<i>Auxílio Financeiro e Estudantes</i>	5.768,21
<i>Material de Consumo</i>	65.914,33
<i>Passagens e Despesas de locomoção</i>	1.492,97
<i>Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física</i>	139.684,76
<i>Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica</i>	774.364,18
<i>Equipamentos e Material Permanente</i>	1.690,00
<i>Indenizações e Restituições</i>	0,00
Total =	3.825.906,63

RESTOS A PAGAR

Como se pode observar tanto no Anexo 12 – Balanço Orçamentário, quanto no Anexo 13 – Balanço Financeiro, o total da despesa executada no exercício de 2016 foi de **R\$ 3.825.906,63**. Deste montante, cerca de **R\$ 3.631.944,40** do total das despesas empenhadas foram pagas, gerando dessa forma Restos a Pagar no montante de **R\$ 193.962,23**, conforme consta no “Anexo 12 - Balanço Orçamentário”, o que equivale aproximadamente % da despesa empenhada, conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$):	%
Despesa empenhada	3.825.906,63	100,00%
(-) Restos a pagar	193.962,23	
Processado	193.962,23	
Não processado		
(=) Valor pago no exercício	3.631.944,40	

GASTOS COM PESSOAL

Outro ponto relevante diz respeito à participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, conforme art. 20 da Lei Complementar nº 101/00.



Câmara Municipal de Maratáizes

Conforme demonstrado pela Tabela abaixo, a despesa com pessoal da Câmara Municipal de Maratáizes do exercício do 2015:

	Reais	Limite	Executado
Receita corrente líquida (RCL)	154.262.567,72		
- Despesa Poder Legislativo	2.794.242,18	máx. 6%	1,81%

DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada da Câmara Municipal em 31.12.16 alcançou o montante de **R\$0,00**. O quadro abaixo detalha um quadro comparativo entre os valores das dívidas que o Município possuía em 2015 e como estes números fecharam o ano de 2016.

Dívida	2015	2016
INSS	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

É imprescindível pontuar que conforme decidido em plenário por esse Órgão de Controle Externo, no **Acórdão TC-776/2014**, *“a divergência entre os saldos de Inventário e do Balanço Patrimonial na análise da Prestação de Contas Anual devem ser excluídas por força legal”*.

O referido acórdão foi publicado em 1º de dezembro de 2014; teve como relatora a Conselheira Márcia Jaccoud Freitas, e seu interior teor traz o seguinte:

“Em sede da Prestação de Contas Anual do Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo (IASSES), relativa ao exercício de 2012, foi tratada a divergência apurada entre o registro constante do Balanço Patrimonial e os saldos físicos dos bens móveis, imóveis e almoxarifado. Em análise, o relator fez remissão ao entendimento consolidado nesta Corte no sentido de que: “as divergências entre os saldos do Inventário e o Balanço Patrimonial devem ser excluídas da análise de mérito, por força legal”. Conforme a Instrução Técnica Conclusiva, tal matéria remete à Lei Estadual nº 9.372/2009, e suas posteriores modificações, a qual fixa prazo para que as entidades do Poder Executivo Estadual procedam à regularização das inconsistências entre os saldos dos inventários físicos e contábeis. Complementarmente foi apontada que a Resolução TC nº 221/2010 desobriga o encaminhamento do relatório de inventário patrimonial junto à Prestação de Contas Anual. Com base nos diplomas, entendeu o Plenário que a divergência apontada deveria ser excluída da análise de mérito. Julgou regulares as contas, dando quitação aos gestores”.



Câmara Municipal de Marataízes

Ante o exposto, verifica-se que esta Administração envidou esforços para alcançar a regularização plena de seu Levantamento Patrimonial.

Ademais, em razão das mudanças ocorridas na Nova Contabilidade Pública, o Sistema de Software está em constante fase de atualização, sendo que no transcorrer do ano de 2015, e, em especial no fechamento das contas anuais, com as modificações trazidas pela Instrução Normativa nº 033/2014, inúmeros problemas foram apontados pelos servidores do Departamento de Contabilidade, e, ainda, o fato de que a integração de dados entre os sistemas não tem ocorrido, o que acarreta mais atraso nos trabalhos.

Por oportuno, ressalte-se que reconhecemos a importância das exigências dos Órgãos de Controle Externos, como o CidadesWEB, LRFWeb, SISTN, publicações da LFR, Portal da Transparência, nova Prestação de Contas Anual (Instrução Normativa nº 28/2013 do TCE-ES e suas alterações, em especial, a IN TCE-ES nº 033/2014), dentre outras, contudo, reafirmamos que os Municípios menores e com uma receita limitada como o de Marataízes, encontram obstáculos, conforme já elencados, para atendê-las a contento e tempestivamente.

Enfim, inobstante as limitações encontradas, esta Câmara Municipal buscou na prática de seus atos assegurar uma boa gestão dos recursos públicos e observar os princípios pilares da Administração Pública, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Marataízes-ES, 30 de Março de 2017.

Willian de Souza Duarte
Presidente do Biênio 2016/2017.